



Mudanças e continuidades no modelo de participação política em Portugal. Análise Comparada Europeia

José Manuel Leite Viegas

Ana Maria Belchior

Filipa Seiceira

RESUMO:

Qual a tendência que a participação política portuguesa tem vindo a seguir nas últimas décadas? Tem sido essencialmente pautada pela mudança ou pela continuidade? E qual a posição que o caso português assume no contexto Europeu? Numa primeira parte do artigo, apresenta-se descritiva e longitudinalmente (entre 1990 e 2008) o panorama da participação política portuguesa; primeiro inserido-o no plano Europeu, e depois analisando-o ao longo das últimas décadas. Esta análise segue uma categorização da participação política em quatro tipos: “participação de protesto”; “participação política institucional”; “participação institucional não política”; e “novas formas de participação política”. Na segunda parte do artigo exploram-se as principais razões subjacentes à adesão a três daqueles quatro tipos de participação em Portugal.

Os dados revelam que Portugal tem vindo a consolidar um padrão de participação caracterizado por uma muito fraca mobilização, em especial nas modalidades de protesto e nas novas formas de participação, afastando-o dos países da Europa central e do norte. Sobressaem de entre as variáveis explicativas da participação: a classe social e a identidade partidária.

PALAVRAS-CHAVE:

Participação política, Portugal, Europa

Assistiu-se nas últimas décadas ao surgimento de diversas propostas teóricas e empíricas que visam o aperfeiçoamento do funcionamento das instituições democráticas mediante uma aproximação, mais ou menos utópica, ao conteúdo mais literal dos princípios democráticos, essencialmente reflectida numa maior participação política dos cidadãos (Barber, 1984; Lijphart, 1997; Van Deth, 1997; Cohen e Rogers, 1995).

Os autores da democracia participativa são em especial severos na crítica à exiguidade da participação política pública nas sociedades modernas. Para Pateman, democracia e participação pública são simplesmente indissociáveis (1970: 43). Barber, por sua vez, acusa a democracia liberal de ser uma *democracia fraca* em virtude da minimalização dos valores democráticos que a sustentam. Em contraposição, uma *democracia forte* culminaria na ideia (pouco pragmática) do “auto-governo pelos cidadãos ao invés do governo representativo em nome dos cidadãos” (1984: 151). Sob a mesma égide, Dahl propõe um modelo de democracia caracterizado por baixos índices de coerção e por uma relativa autonomia dos indivíduos e grupos perante o poder instituído, que designa por *poliarquia* (1971). Cohen e Rogers (1995) propõem, por seu turno, um modelo de governança em que os cidadãos ganham possibilidades acrescidas de participação através das associações.

Estas propostas de democracia participativa opõem-se às clássicas concepções procedimentais que impunham fortes restrições à intervenção dos cidadãos fora dos momentos eleitorais (ver, em especial, Schumpeter, 1996 (1942)). Intermédia a estas duas visões da democracia, outras advogam que a participação na vida política é um bom indicador da democraticidade governativa, embora um excesso na intensidade dessa participação possa dar origem à crise política (Almond e Verba 1989 (1963)).

Inglehart apontou para uma alteração no formato da participação política, anunciando o declínio da participação liderada pelas elites políticas com base na mobilização das massas (*elite-directed*), a que adveio um novo formato no qual as massas assumem elas próprias um papel dinâmico na tomada de decisões políticas (*elite-challenging*) (Inglehart, 1977). Este novo formato da participação permite uma expressão mais directa das preferências individuais e implicou, em especial, o contemplar de formas não convencionais de acção política.

Embora sujeitos a diversas críticas (ver, por exemplo, Clarke *et al.*, 1999; Davis e Davenport, 1999), este modelo de cultura política, fortemente determinado pela participação política informada e racional dos cidadãos, tem sido corroborado por outros autores (Dalton, 1996; Norris, 1999).

Os dados empíricos são, no entanto, contraditórios. A literatura recente sobre a participação política nas sociedades modernas revela que a evolução tem seguido tendências que não vão no mesmo sentido: diminuição na participação partidária e oscilações na participação eleitoral, por um lado; aumento das formas não convencionais de participação política, em especial junto dos grupos etários mais jovens, por outro lado (Putman, 2000; Viegas e Faria, 2002 e 2007; Teorel et al., 2007).

Não obstante aquela discussão, a participação política é genericamente vista como sinal de bom funcionamento da democracia e como o melhor mecanismo de salvaguarda dos interesses dos cidadãos. No entanto, tem sido demonstrado que a generalidade dos indivíduos não investe nem muito tempo nem esforço na participação política (Milbrath e Goel, 1982; Brady, 1999; Teorel et al., 2007), e, em especial as actividades de participação política tradicionais, como votar, contactar funcionários e políticos, ou pertencer a associações, têm vindo a perder aderentes (Putnam, 2000). Diversos autores notam mesmo a prevalência de um fenómeno de desafecção dos indivíduos em relação ao espaço político (Montero et al., 1997: 137; Newton e Norris, 2000; Magalhães, 2004). Este traduz-se no afastamento e no desinteresse face ao sistema político, incluindo sentimentos de ineficácia, desconfiança, distância, impotência, frustração, rejeição, ou alienação.

Outros advogam, contudo, que o decréscimo da participação e envolvimento político dos indivíduos estará a ser compensado pelo crescimento da adesão a modalidades não convencionais de participação e, por isso, alternativas às modalidades tradicionalmente instituídas (ver, por exemplo, Inglehart, 1988; Montero e Torcal, 1994; Lijphart, 1997). Formas de participação tipificadas como “participação de protesto” ou “novas formas de participação”, que incluem o que alguns designam de “participação de consumo” (Teorel et al., 2007), estariam, por isso, a angariar um crescente número de adeptos, em detrimento das formas de “participação institucional”. É nesta controvérsia que se insere a presente pesquisa que tem como objectivo geral traçar o panorama longitudinal e comparativo da participação política em Portugal, assim como aferir a causalidade inerente a diferentes tipos de participação.

Pese embora a existência de alguns estudos sobre a participação política em Portugal, o caso português figura ainda deficitariamente nas pesquisas comparativas sobre este tópico (ver, por exemplo, Cruz, 1995; Viegas e Faria, 2007). Os resulta-

dos obtidos apontam para níveis baixos de participação em Portugal relativamente aos países do centro e norte da Europa, com uma evolução que não parece acompanhar a modernização e desenvolvimento registados nas últimas décadas em Portugal, se considerarmos outros domínios sociais, económicos ou políticos.

O artigo tem três objectivos principais. O primeiro é analisar descritivamente a participação política em Portugal, por comparação a outros países europeus. O segundo visa analisar em específico, e longitudinalmente, o caso português. O terceiro objectivo reporta-se às explicações para os níveis de participação política alcançados, considerando três tipos: “participação de protesto”; “participação política institucional”; e as “novas formas de participação”¹.

Depois desta breve discussão sobre as principais tendências da literatura e da apresentação dos objectivos do artigo, segue-se a conceptualização e identificação da tipologia de modalidades de participação política. Na segunda secção expõem-se as hipóteses, apresentam-se as fontes dos dados e as opções de análise dos mesmos. A análise dos dados figura na secção subsequente e estrutura-se em três pontos: análise do caso português numa perspectiva comparativa europeia; análise longitudinal do caso português (1990-2008); e explicação dos padrões de participação política dos portugueses.

Participação Política: Conceito e Tipologia

A identificação do que é ou não é participação política não é simples nem incontroversa. Na década de 70, Verba e outros autores concebem participação política como englobando as actividades desenvolvidas pelos cidadãos mais ou menos directamente direccionadas para influenciar a escolha dos governantes e as decisões que eles tomam (Verba e Nie, 1972: 2; Verba, Nie e Kim; 1978: 46). Esta definição seminal de participação política teve o especial mérito de alargar o conceito para além da participação eleitoral. Outras propostas foram posteriormente redefinindo o conceito e estabelecendo novos parâmetros. Um dos contributos mais relevantes neste processo é o de Barnes e Kaase, ao ampliar o conceito às modalidades de participação dita não convencional, em particular à participação de protesto ilegal (1979), em que se incluem o boicote a produtos, a ocupação de edifícios ou os danos causados a bens de entidades privadas. Esta conceptualização é reiterada pelo anúncio da emergência de novas formas de participação associadas à expansão do fenómeno pós-materialista, como advogado em especial por Inglehart.

Participação política nesta pesquisa compreende as actividades dos cidadãos direccionadas para influenciar a escolha dos governantes e as suas decisões (também das grandes corporações e organizações com poder económico e social), as actividades de protesto, o contacto com instituições de representação política e não política, assim como novas formas de participação política assentes no utilização da Internet e no comportamento de consumo ideologicamente orientado.

Quanto à categorização das modalidades de participação política, são múltiplas as propostas (vd. pex. Verba, Nie e Kim, 1978; Milbrath e Goel, 1982; Montero e Torcal, 1994; Cruz, 1995: 337-346; Brady, 1999; Teorel et al., 2007; Viegas e Faria, 2007: 67-71). Considerando os contributos da literatura nesta matéria, e constrangidos pelas variáveis disponíveis em projectos comparativos, apresentam-se no Quadro 1 os tipos e as modalidades de participação política adoptados nesta pesquisa.

QUADRO 1. Tipos e modalidades de participação política

Tipos de participação	Modalidades
Contacto ou participação em instituições de representação política	Contactar um político ⁽¹⁾ Colaborar com um partido político Participar numa reunião política ou comício ⁽²⁾ Colaborar numa acção de propaganda política Colaborar com um movimento de intervenção política ⁽³⁾ Tomar a iniciativa de organizar uma reunião Colar cartazes ou distribuir folhetos
Participação de protesto	Assinar uma petição Participar numa manifestação Participar numa greve Participar numa forma de protesto ilegal Participar em boicotes
Contacto ou participação em outras instituições	Contactar associações ou organizações Contactar um funcionário público Colaborar com uma associação não política Contactar ou aparecer nos meios de comunicação social Escrever uma carta para um jornal
Novas formas de participação política	Comprar deliberadamente um determinado produto Não comprar deliberadamente um determinado produto ⁽⁴⁾ Utilizar a Internet para contacto político Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet

Notas: ⁽¹⁾ Também designada por "contactar directamente um político ou governante". ⁽²⁾ Também designada por "participar num encontro político ou comício". ⁽³⁾ Também designada por "colaborar com um grupo de acção política". ⁽⁴⁾ Também é frequente a designação "boicotar um produto".

Note-se que o terceiro tipo de participação compreende a participação em outras instituições para além das políticas. Apesar de não se enquadrar de forma imediata no conceito de participação política, este caracteriza-se pela participação noutras instituições, organizações ou movimentos, o que se relaciona a um nível indirecto com a participação política. Recuperando a argumentação de Tocqueville (2001, 1ª edição de 1835) e John Stuart Mill (1983, 1ª edição de 1861), alguns autores advogam que participar a um nível organizacional não político (pex. no local de trabalho ou numa organização religiosa) permite ao indivíduo ganhar certas competências e auto-confiança necessárias para participar a nível político (Pateman, 1970; Peterson, 1990: 129, 251; Ayala, 2000). É este o sentido com que se considera este tipo de participação.

Hipóteses, Dados e Análise

Atendendo à literatura sobre participação política e às tendências recentes de evolução da participação nas sociedades modernas, cujas principais referências foram antes sistematizadas, a nossa expectativa central é a de que as modalidades de participação mais convencionais estejam em Portugal a perder terreno para outras modalidades menos convencionais ou emergentes. Daqui decorrem as duas primeiras hipóteses da pesquisa:

Hipótese 1. Espera-se que a participação institucional (em especial a política) seja baixa em Portugal e com tendência decrescente, com valores mais desfavoráveis relativamente a outros países europeus com maiores índices de modernização social.

Hipótese 2. É expectável que a “participação de protesto” e as “novas formas de participação política” sejam baixas em Portugal, mas revelem tendência para um acréscimo de adesão, embora com valores menos favoráveis do que os registados em outros países europeus com índices mais elevados de modernização social.

No plano explicativo, os recursos sócio-económicos à disposição dos cidadãos, frequentemente aferidos através do rendimento familiar e do nível educacional, surgem recorrentemente na literatura como os elementos mais determinantes da capacidade de agir e influenciar politicamente (Verba e Nie, 1972; Verba, Nie e Kim; 1978; Milbrath e Goel, 1982; Althaus, 2003: 29-58). São as pessoas de nível sócio-económico mais elevado as que dispõem de maior potencial de participação, uma vez que dispõem de maiores recursos simbólicos: informação, capacidades e competências políticas.

O nível de educação actua como importante factor de variância da participação, em particular nos níveis mais exigentes. Isto porque os indivíduos com mais elevados níveis de educação usufruem geralmente de rendimentos mais elevados, estão mais predispostos a exporem-se à informação dos meios de comunicação social e conseqüentemente têm opiniões sobre um espectro mais largo de assuntos políticos, e, por tudo isto, estão mais predispostos a agir politicamente (Milbrath e Goel, 1982; Almond e Verba, 1989 (1963)).

O nível de integração nas instituições sociais também é relevante nos estudos de participação política, tendo já sido demonstrado que a integração em associações voluntárias exerce especial influência sobre a participação política (Ayala, 2000; Jones-Correa e Leal, 2001). O poder explicativo das variáveis que medem a integração social depende, contudo, das modalidades ou tipos de participação política que se pretenda explicar. Por exemplo, o nível de integração deverá determinar essencialmente a participação institucional.

A teoria do capital social, em particular no que se refere à confiança social e nas instituições, também deverá ser mobilizada para este estudo (Putman, 2000). Por um lado, a participação social, particularmente a participação nas associações, aumenta o nível de competências e saberes, por outro lado, favorece a integração social; em qualquer dos casos estamos em presença de factores que, reconhecidamente, favorecem a participação em geral, e a política em particular.

A identidade partidária e contacto com partidos, em especial com partidos de esquerda, têm também sido reconhecidos como factores de superação das limitações à participação impostas pelos factores socio-económicos aos menos privilegiados (Zipp et al., 1982; Abramson e Claggett, 2001: 910-913).

O aumento da escolaridade e das condições económicas estará ainda relacionado com uma crescente adesão a modalidades não convencionais de participação. Inglehart nota que são as camadas mais jovens da população, assim como os pós-materialistas (politicamente mais interessados, tendencialmente localizados à *nova esquerda*, mais competentes, contestatários e simultaneamente mais descrentes no sistema político) os que evidenciam maior participação a este nível (1977: 314; também em: Peterson, 1990; Montero e Torcal, 1994).

Em suma, a teoria e os trabalhos empíricos anteriores sugerem que sejam essencialmente os factores relativos aos recursos educativos e materiais, à integração social, ao capital social (pertença associativa e confiança social), ao envolvimento político e à identidade partidária, os mais explicativos da participação política,

embora a sua importância explicativa possa variar consoante o tipo de participação em causa.

Hipótese 3. É expectável que os factores referentes aos recursos educativos e materiais, à integração social, ao capital social, e ao envolvimento político manifestem importância explicativa da participação política em Portugal. É ainda expectável que, em particular:

- a) O envolvimento político e a identidade partidária sejam mais explicativos da participação de protesto,
- b) Os factores relativos à integração social sejam mais explicativos da participação em instituições políticas, e
- c) Os recursos educativos e materiais expliquem melhor as novas formas de participação.

A pesquisa tem como fontes de dados diversos projectos internacionais e nacionais. A metodologia que lhe está subjacente garante a superação das dificuldades que estudos longitudinais ou comparativos geralmente suscitam. O projecto suporta-se em metodologia extensiva baseada em dados de inquéritos já existentes, designadamente:

- *European Value Study* (EVS, 1990 e 1999), e
- *Citizenship, Involvement, Democracy* (CID, 2000-2004)².

Baseia-se ainda no *Inquérito à População Portuguesa – Bases de Dados* –, 2008 (Freire, A. et al, 2009), por amostra representativa (1350 indivíduos), estratificada por NUTS II e Habitat com selecção aleatória do local de residência e do inquirido (método *random route*).

Para a análise comparativa da participação política entre Portugal e os outros países europeus utilizámos os dados do EVS 1999 e do estudo europeu CID. Nesta última pesquisa o mesmo questionário foi aplicado entre 2001 e 2003 em treze países europeus, dos quais seleccionamos oito para esta comparação, de acordo com critérios que adiante serão explicados. O projecto CID tem uma bateria de modalidades de participação mais alargada e com tipos de participação análogos aos que adoptámos neste estudo de 2008. A utilização do EVS 1999 é complementar ao CID e reporta-se apenas a modalidades de protesto. Embora os indicadores sejam análogos, quando comuns aos dois estudos, a pergunta tem diferente formulação: no caso dos estudos do EVS 1999, tal como no *Inquérito à População*

Portuguesa – Bases de Dados de 2008, pergunta-se aos indivíduos se eles realizaram essa modalidade de participação sem limite de tempo; enquanto no projecto CID a pergunta se reporta ao exercício dessa modalidade nos últimos doze meses. Esta é a razão pela qual não usamos os dados do CID juntamente com os dados das outras pesquisas, cujos indicadores são análogos.

Para a análise longitudinal da participação política em Portugal utilizámos dados do EVS 1990 e 1999, assim como do *Inquérito à População Portuguesa – Bases de Dados de 2008*, porque os indicadores, quando existem, são similares. Os indicadores presentes nas três pesquisas permitem analisar a evolução no período de quase duas décadas, embora os dados do EVS 1999, por incluírem mais modalidades de participação do que o EVS 1990, permitam uma visão mais alargada da evolução na última década.

Seleccionámos oito países para a comparação europeia, em resultado da aplicação de dois critérios: primeiro, que o grupo de países escolhidos estivesse presente nas duas pesquisas consideradas EVS 1999 e CID; segundo, que houvesse distribuição geográfica equitativa dos casos entre países do sul, do centro, do norte e do leste europeu. Interessava recobrir uma diversidade cultural e sócio-económica. Como resultado da aplicação destes critérios foram escolhidos os seguintes países: Portugal e Espanha (países do sul), a Alemanha e a Holanda (países do centro), a Dinamarca e a Suécia (países do norte), e a Eslovénia e a Roménia (países do leste).

Participação Política em Portugal e na Europa

A queda do anterior regime autoritário e a consolidação do novo regime democrático representou um momento de ruptura radical na cultura nacional com particular reflexo nas atitudes e nos comportamentos políticos dos cidadãos. De entre estes destaca-se o eclodir da participação política que, todavia, não parece ter vindo posteriormente a consolidar-se na cultura política portuguesa.

Dados das últimas décadas apontam para um nível de envolvimento político e de conhecimento dos processos políticos dos portugueses globalmente baixos, e uma escassa comunicação sobre os assuntos políticos, apesar de se privilegiar um sistema político que garante a participação dos cidadãos (Heimer, 1986; Belchior, 2007: Cap. 2.4). As formas mais tradicionais de activismo (pertença a partido ou a sindicatos), bem como a participação política convencional (actividades de campanha e partidárias) evidenciam níveis globalmente baixos (Cruz, 1995; Teorel et

al., 2007; Viegas e Faria, 2007), muito embora estes últimos autores tenham encontrado valores mais altos, comparáveis aos de Espanha e Alemanha, relativamente à participação em associações não explicitamente políticas (Viegas e Faria, 2007). Estes indicadores, associados à percepção de distância em relação aos centros de poder, assim como a sentimentos de ineficácia e de alienação face ao sistema político (Morlino e Montero, 1995: 250-3; Cabral, 2004: 307-8, 326), configuram um cenário de limitada articulação entre representantes e representados.

Ainda, em Portugal a desconfiança e a insatisfação relativamente à política e aos seus actores parece não ter vindo a ser canalizada para modalidades alternativas de participação política e para uma maior auto-confiança dos cidadãos enquanto actores políticos, como se supõe ter acontecido em outros países europeus (Gabriel, 1995: 357, 383-7; Norris, 1999; Cabral, 2004). Os politicamente descontentes não aparentam constituir, em Portugal, um segmento mais crítico, informado ou mobilizado contra a política convencional que os restantes segmentos sócio-políticos (Magalhães, 2004: 354).

Esta desmobilização política é explicada por Braga da Cruz, essencialmente, por factores de ordem política, e em particular pelo que designa de *partidocracia*, isto é, pela monopolização partidária dos processos e mecanismos de participação dos cidadãos (Cruz, 1995: 310-1). A tradição autoritária e repressiva da participação, nomeadamente de protesto, durante as décadas de vigência do Estado Novo também poderão contribuir para a cultura política de fraca participação política.

Em resposta ao primeiro objectivo da pesquisa, explora-se agora, descritiva e comparativamente (para os 8 países em análise), o conjunto de modalidades de participação da tipologia definida para a pesquisa (Quadro 2).

Os valores de participação de Portugal são genericamente inferiores aos valores dos países do centro e norte da Europa, com alguma aproximação a Espanha, e tendencialmente superiores aos dos países da Europa de leste (principalmente face à Roménia). Os maiores desníveis registados encontram-se na comparação com os países nórdicos que possuem valores de participação política muito superiores aos nacionais, principalmente em algumas modalidades de protesto legal (assinatura de petições e participação em boicotes), no contacto ou participação em outras instituições e nas novas formas de participação política (particularmente no que se refere à compra de determinados produtos por razões sociais, políticas ou ambientais). Estes dados apontam genericamente no sentido das expectativas teóricas.

QUADRO 2. Participação política por modalidade e país – 2000/2003 (%)

	Portugal (2001) (n=1010)	Espanha (2002) (n=4252)	Alemanha (2001) (n=3004)	Holanda (2001) (n=1649)	Dinamarca (2000) (n=1640)	Suécia (2003) (n=1210)	Eslovénia (2001) (n=990)	Roménia (2001) (n=1217)
<i>Contacto ou participação em instituições de representação política</i>								
Contactar um político	5	7	6	12	15	13	6	4
Colaborar com um partido político	4	3	4	4	3	3	3	2
Participar numa reunião política ou comício	4	6	9	7	12	7	3	4
Colaborar numa Acção de Propaganda Política	2	10	7	7	5	5	4	2
Colaborar com um Movimento de Intervenção Política	1	6	7	1	2	2	3	2
<i>Participação de protesto</i>								
Assinar uma petição	6	25	30	33	28	41	16	6
Participar numa manifestação	3	15	10	3	5	6	5	6
Participar numa greve	4	8	4	2	5	0	2	5
Participar numa forma de protesto ilegal	1	1	1	0	1	1	1	1
<i>Contacto ou participação em outras instituições</i>								
Contactar associações ou organizações	19	17	14	32	28	19	11	4
Contactar um funcionário público	14	16	9	25	22	22	10	11
Colaborar com uma associação não política	12	16	15	35	22	14	9	5
Contactar ou aparecer nos meios de comunicação social	2	4	5	9	6	9	4	3
<i>Novas formas de participação política</i>								
Comprar deliberadamente um determinado produto	4	13	21	30	48	49	10	3
Boicotar um produto	2	7	19	13	23	27	3	2
Utilizar Internet para contacto político	3	7	6	19	11	18	5	2

Fonte: CID, 2000-2004.

Ainda assim, denotam-se algumas excepções. Na colaboração com um partido político Portugal apresenta valores muito semelhantes aos restantes países em análise, bem como no contacto com associações ou organizações, cujos são valores idênticos aos da Suécia. As diferenças mais acentuadas face a Espanha estão na colaboração em acções de propaganda política e num movimento de intervenção política, em que Espanha apresenta percentagens superiores a Portugal. O mesmo sucede com os países do leste da Europa no que se refere a contactar ou aparecer nos meios de comunicação social e com a Eslovénia nas novas formas de participação política.

Portugal em Perspectiva Longitudinal

Analisa-se agora, em resposta ao segundo objectivo da pesquisa, o caso particular da participação política em Portugal por modalidade, em diferentes momentos, de forma a detectar eventuais alterações nos padrões de participação política. Devido à disparidade do número de indicadores contemplados nos vários projectos, apenas para as formas de participação de protesto existem dados disponíveis para os três anos em análise: 1990 e 1999 do EVS, e 2008 do *Inquérito à População Portuguesa – Bases de Dados*.

O Quadro 3 releva a tendência para a diminuição da participação nas várias modalidades ao longo das últimas quase duas décadas, ainda que se observe, em algumas modalidades, uma certa estabilidade na participação desde 1999.

QUADRO 3. Evolução da participação política, em Portugal, por modalidades

	1990 (n=985)		1999 (n=1000)		2008 (n=1350)	
	n	%	n	%	n	%
<i>Contacto ou participação em instituições de representação política</i>						
Contactar directamente um político ou governante	–	–	70	7	69	5
Participar num encontro político ou comício	–	–	–	–	154	12
Colaborar com um Movimento de Intervenção Política	–	–	–	–	50	4
Tomar iniciativa de organizar uma reunião	–	–	96	10	45	3
Colar cartazes ou distribuir folhetos	–	–	73	8	80	6

Perspectivas #5

<i>Participação de protesto</i>						
Assinar uma petição	247	28	217	23	320	24
Participar numa manifestação	208	23	142	15	181	14
Participar numa greve	–	–	–	–	163	12
Participar numa forma de protesto ilegal*	44	5	43	4	28	2
Participar em boicotes	39	5	44	5	78	6
<i>Contacto ou participação em outras instituições</i>						
Contactar ou aparecer nos meios de comunicação social	–	–	–	–	28	2
Escrever uma carta para um jornal	–	–	40	4	41	3
<i>Novas formas de participação política</i>						
Comprar deliberadamente um determinado produto	–	–	–	–	92	7
Não comprar deliberadamente um determinado produto	–	–	–	–	84	6
Participar num fórum ou grupo de discussão política na internet	–	–	–	–	34	3

Fontes: EVS, 1990; e 1999; Freire, A. e Viegas, J.M.L. (coord.), *Inquérito à População Portuguesa – Bases de Dados*, 2008 (in Freire, A. et al., 2009).

Nota: * Para esta modalidade de protesto, agregaram-se os indicadores “ocupar edifícios ou fábricas” e “aderir a greves ilegais” no EVS de 1990 e os indicadores “ocupar edifícios ou fábricas”, “aderir a greves ilegais” e “bloquear uma estrada ou uma linha férrea” no EVS de 1999 e *Inquérito à População Portuguesa – Bases de Dados* de 2008.

Nas formas de participação de protesto, a percentagem de indivíduos que participaram em manifestações e que assinaram petições baixou entre 1990 e 1999, registando posteriormente um decréscimo de apenas 1% entre 1999 e 2008. A participação em boicotes manteve-se estável nestes 18 anos, ao passo que a participação em formas de protesto ilegal variou entre os 5% em 1990 e os 2% em 2008. Estes resultados vão ao arrepio da Hipótese 2.

No contacto ou participação em instituições de representação política, e para o período entre 1999 e 2008, a maior redução foi na iniciativa de organizar reuniões, denotando-se uma estabilização no contacto directo com políticos ou governantes e em colar cartazes ou distribuir folhetos. Neste período também se manteve estável a única modalidade do contacto ou participação em outras instituições passível desta comparação temporal: a escrita de uma carta para um jornal. Estes resultados corroboram, globalmente, a Hipótese 1.

Se considerarmos não apenas aqueles que realizaram, mas também aqueles que admitem realizar actividades de participação política (Quadro 4), as diferenças mais significativas encontram-se entre as formas de participação institucional, com diminuições percentuais entre 1999 e 2008 na opção “fez e admite fazer” que vão dos 9% aos 18%, ao passo que nas formas de participação de protesto as diminuições encontram-se entre os 2% e os 6%.

QUADRO 4. Evolução das atitudes face à participação política em Portugal, por modalidades (%)

	1999		2008	
	Fez ou admite fazer (n=1000)		Fez ou admite fazer (n=1350)	
	n	%	n	%
<i>Contacto ou participação em instituições de representação política</i>				
Contactar directamente um político ou governante	527	55	615	46
Tomar iniciativa de organizar uma reunião	511	54	470	36
Colar cartazes ou distribuir folhetos	399	42	402	30
<i>Participação de protesto</i>				
Assinar uma petição	592	62	807	60
Participar numa manifestação	513	54	702	52
Participar numa forma de protesto ilegal*	326	33	364	27
Participar em boicotes	360	38	557	42
<i>Contacto ou participação em outras instituições</i>				
Escrever uma carta para um jornal	547	57	563	43

Fontes: EVS, 1999; Freire, A. e Viegas, J.M.L. (coord.), *Inquérito à População Portuguesa – Bases de Dados*, 2008 (in Freire, A. et al, 2009)

Nota: * Para esta modalidade de protesto, agregaram-se os “ocupar edifícios ou fábricas”, “aderir a greves ilegais” e “bloquear uma estrada ou uma linha férrea”.

A exceção encontrada é a participação em boicotes, em que a percentagem aumentou, ainda que de uma forma muito pouco expressiva.

Em termos gerais, em Portugal, denota-se a tendência de diminuição da participação nas várias modalidades de participação política, ainda que essa diferença seja mais evidente entre 1990 e 1999, com especial incidência na participação em manifestações. Quando analisamos o período entre 1999 e 2008 os maiores decréscimos verificam-se no contacto ou participação em instituições de representação política.

No entanto, Portugal não segue a tendência europeia, que regista um aumento da adesão a novas formas de participação, na linha do referido pela literatura (Stanley e Weare, 2004), ainda que a nível de atitude, e admitindo a possibilidade de o fazer, os valores nacionais sejam consideravelmente mais elevados e mais próximos de práticas vigentes em alguns países europeus. Assim, a primeira hipótese avançada parece ser confirmada pelos resultados obtidos, o mesmo não acontecendo com a segunda.

Determinantes da Participação Política em Portugal

31

As variáveis independentes da análise de regressão derivam dos contributos teóricos antes enunciados, e correspondem às usualmente utilizadas na explicação da participação política (ver, por exemplo, Lewis-Beck, 1989: 167-172; Ayala, 2000: 103-108; Abramson e Claggett, 2001).

No primeiro bloco de variáveis independentes estão aquelas que se reportam aos recursos materiais e simbólicos e à integração nas instituições sociais. O “sexo”, a “idade”, a “situação conjugal”, a “frequência de prática religiosa” e a “dimensão do habitat” medem, predominantemente, o nível de integração social, muito embora possam também revelar uma dimensão de medida de recursos. O “número de anos que frequentou a escola” mede, predominantemente, os recursos simbólicos, muito embora se saiba da relação entre estes recursos simbólicos e os materiais. As quatro variáveis de classe, introduzidas como variáveis dummy, e o sector em que trabalha, “público” ou “privado”, são claramente variáveis multidimensionais: combinam recursos materiais e simbólicos.

QUADRO 5. Variáveis dependentes e independentes utilizadas nos exercícios de regressão linear hierárquica e o respectivo espaço de resultados

Variáveis dependentes	
Índice de participação de protesto	0 = Mínimo 5 = Máximo
Índice de participação em instituições de representação política	0 = Mínimo 5 = Máximo
Índice de novas formas de participação	0 = Mínimo 3 = Máximo
Variáveis independentes	
Bloco I	
Dummy Sexo	0 = Feminino 1 = Masculino
Idade	...
Dummy situação conjugal (solteiros)	0 = Casados 1 = Solteiros
Número de anos que andou na escola	...
Frequência de prática religiosa	1 = Nunca 2 = Uma vez por ano 3 = Duas a onze vezes por ano 4 = Uma vez por mês 5 = Duas ou mais vezes por mês 6 = Uma vez por semana ou mais
Dimensão do habitat	1 = < 2000 habitantes 2 = 2000-9999 habitantes 3 = 10000-99999 habitantes 4 = > 100000 habitantes
Dummy classe social – Quadros superiores da administração pública e dirigentes de empresas (grupo de referência – Burguesia)	0 = Todos os outros 1 = Quadros superiores da administração pública e dirigentes de empresas
Dummy classe social – Técnicos e profissionais de nível intermédio (grupo de referência – Burguesia)	0 = Todos os outros 1 = Técnicos e profissionais de nível intermédio
Dummy classe social – Pessoal dos serviços e (grupo de referência – Burguesia)	0 = Todos os outros 1 = Pessoal dos serviços e vendedores
Dummy classe social – Proletariado (grupo de referência – Burguesia)	0 = Todos os outros 1 = Proletariado
Dummy sector em que trabalha (funcionário publico)	0 = Trabalhador do sector privado 1 = Funcionário Público

Bloco II	
Índice de pertença associativa	0 = Mínimo 10 = Máximo
Dummy confiança interpessoal (pode-se confiar nos outros)	0 = Todo o cuidado é pouco 1 = Pode-se confiar na maioria das pessoas
Índice de confiança nas instituições não-políticas	4 = Mínimo 16 = Máximo
Índice libertário-autoritário	1 = Libertário 5 = Autoritário
Bloco III	
Interesse pela política	1 = Nenhum interesse 2 = Pouco interesse 3 = Algum interesse 4 = Muito interesse
Índice de informação política	1 = Mínimo 5 = Máximo
Dummy discussão política com amigos (frequentemente)	0 = Raramente/Nunca 1 = Frequentemente
Índice de confiança nas instituições políticas	4 = Mínimo 16 = Máximo
Dummy identificação partidária – BE (grupo de referência – sem identificação partidária +NS+NR)	0 = Todos os outros 1 = BE
Dummy identificação partidária – CDS-PP (grupo de referência – sem identificação partidária +NS+NR)	0 = Todos os outros 1 = CDS-PP
Dummy identificação partidária – CDU (grupo de referência – sem identificação partidária +NS+NR)	0 = Todos os outros 1 = CDU
Dummy identificação partidária – PS (grupo de referência – sem identificação partidária +NS+NR)	0 = Todos os outros 1 = PS
Dummy identificação partidária – PSD (grupo de referência – sem identificação partidária +NS+NR)	0 = Todos os outros 1 = PSD

Um segundo bloco de variáveis reporta-se ao campo social estrito, ou, numa outra perspectiva, à esfera pública não exclusivamente política; inclui a participação em associações, através de um “índice de participação em associações”³, duas variáveis de confiança social, uma de nível interpessoal e outra de “confiança nas instituições não políticas”⁴; e, finalmente, uma variável referente aos valores, no caso, um índice que vai do máximo de valores libertários ao máximo de valores auto-

ritários⁵. A justificação destas variáveis decorre das teorias mobilizadas sobre o capital social e da importância dos valores.

O último bloco de variáveis a entrar na regressão inclui as variáveis de competência política, através de “índice de informação política”⁶, a variável comportamental “frequência de discussão política com amigos” e o “interesse pela política”. Este último indicador mede mais do que a competência política; de facto, inclui sentimentos e crenças sobre a política, condicionados, é certo, pelo conhecimento da política, mas que dependem, também, da socialização e da mobilização para a política decorrente das trajectórias de vida. Neste bloco foi igualmente incluído o “índice de confiança nas instituições políticas”⁷ e a “identificação partidária”.

O Quadro 6 mostra os resultados das regressões feitas com três variáveis dependentes:

“participação em instituições políticas”,

“participação de protesto” e “novas formas de participação”⁸.

34

A primeira constatação é que a variância explicada é similar, e na ordem dos 24%, para os dois primeiros tipos de participação política, sendo a variância explicada para o caso das – “novas formas de participação” inferior, em torno dos 14% e com menor número de variáveis a entrar na regressão com significado estatístico.

Como poderemos comparar o modelo explicativo da participação institucional com o modelo explicativo da participação de protesto? Começamos pelo que existe de comum nos dois modelos, isto é, pelas variáveis explicativas que aparecem nas duas regressões, e analisaremos, depois, as variáveis específicas de cada uma das regressões.

Vejamos o que nos dizem as variáveis do primeiro bloco, depois de todas elas serem introduzidas no modelo. De comum, embora com força explicativa diferente, estão as variáveis de classe dos segmentos inferiores: “Pessoal dos serviços e vendedores” e “proletariado”. Em qualquer dos casos o sentido da explicação é o mesmo: os indivíduos dos segmentos sociais inferiores, com menos recursos materiais e simbólicos, tendem a participar menos, de acordo, aliás, com a literatura e a nossa terceira hipótese.

QUADRO 6. Coeficientes de regressão linear hierárquica das determinantes dos índices de participação política

Variáveis dependentes	Índice de participação de protesto			Índice de participação em instituições de representação política			Índice de novas formas de participação		
	Bloco I	Bloco II	Bloco III	Bloco I	Bloco II	Bloco III	Bloco I	Bloco II	Bloco III
	Beta	Beta	Beta	Beta	Beta	Beta	Beta	Beta	Beta
Variáveis independentes									
Sexo (masculino)	0,094*	0,074*	n.s.	0,150***	0,124**	n.s.	n.s.	n.s.	-0,09*
Idade	n.s.	n.s.	n.s.	-0,065*	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Situação conjugal (solteiros)	-0,095**	-0,103**	-0,093**	n.s.	-0,088*	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Número de anos que andou na escola	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	-0,114*	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Frequência de prática religiosa	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	-0,099*	-0,099*	n.s.
Dimensão do habitat	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Classe social – Quadros superiores da administração pública e dirigentes de empresas	0,098*	n.s.	n.s.	0,155**	0,127**	0,114*	0,164**	0,151**	0,126**
Classe social – Técnicos e profissionais de nível intermédio	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Classe social – Pessoal dos serviços e vendedores	-0,133**	-0,123*	-0,100*	-0,129*	-0,115*	-0,073	-0,112*	-0,105*	-0,100*
Classe social – Proletariado	-0,157**	-0,150**	-0,128**	-0,152**	-0,147**	-0,111*	n.s.	n.s.	n.s.
Sector em que trabalha (funcionário público)	0,122**	0,106**	0,114**	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.	n.s.
Índice de pertença associativa		0,124**	0,080*		0,169***	0,124***		0,134***	0,113**
Confiança Interpessoal (pode-se confiar nos outros)		0,075*	n.s.		0,103**	0,080*		n.s.	n.s.
Índice de confiança nas instituições não-políticas		-0,113**	-0,113**		n.s.	n.s.		n.s.	-0,115**
Índice libertário-autoritário		-0,119**	-0,105**		n.s.	-0,069*		n.s.	n.s.
Interesse pela política			0,093*			0,186***			0,124**

QUADRO 7. Coeficientes de regressão linear hierárquica das determinantes dos índices de participação política (continuação)

Variáveis independentes	Índice de participação de protesto			Índice de participação em instituições de representação política			Índice de novas formas de participação		
	Bloco I	Bloco II	Bloco III	Bloco I	Bloco II	Bloco III	Bloco I	Bloco II	Bloco III
Índice de informação política			0,074*			0,101**			n.s.
Discussão política com amigos (frequentemente)			0,101**			0,096*			n.s.
Índice de confiança nas instituições políticas		n.s.			-0,096*			0,110*	
Identificação partidária – BE			0,169***			0,076*			n.s.
Identificação partidária – CDS-PP			n.s.			0,116**			n.s.
Identificação partidária – CDU			0,198***			0,111**			n.s.
Identificação partidária – PS			n.s.			-0,081*			-0,152***
Identificação partidária – PSD			n.s.			n.s.			-0,087*
R ² ajustado	0,103***	0,146***	0,246***	0,073***	0,115***	0,231***	0,071***	0,086**	0,137***
N	739	739	739	739	739	739	739	739	739

Nota: *p<0,05; **p<0,01; ***p<0,001; n.s. – não significativo.

As diferenças, neste primeiro bloco de variáveis, revelam-se nas variáveis: sexo, que é um factor explicativo importante da participação institucional e não aparece com significado estatístico na regressão da participação de protesto; na variável “situação conjugal”, no sentido de favorecer a participação de protesto e não se revelar significativa na participação em instituições políticas; quanto ao sector em que trabalha (público ou privado) revela-se como variável explicativa na participação de protesto, no sentido de os que trabalham no sector público serem mais favoráveis a essa participação do que os que trabalham no sector privado.

Poderíamos dizer, em resumo, que os recursos, especialmente os simbólicos, tendem a estar mais presentes na participação institucional do que na de protesto. Naquele tipo de participação, também contam os recursos, se verificarmos o contributo da pertença a classes sociais inferiores, mas não conta o indivíduo pertencer ao sector público e, residualmente, a integração familiar.

Consideremos, agora, o segundo bloco de variáveis. O índice de participação associativa aparece nas duas regressões, mas com maior força explicativa e significado estatístico no caso da participação institucional. De facto, o protesto é um caso isolado, em que a conjuntura tem um peso específico maior do que na participação institucional, que tem um carácter mais continuado. No mesmo sentido joga a confiança interpessoal, pelas razões já apontadas. Os valores libertários são favoráveis aos dois tipos de participação em causa, mas o significado e peso explicativo é bastante maior no caso da participação de protesto, o que se compreende, dada a relação entre autoritarismo, disciplina e ordem.

Vejamos agora o comportamento das variáveis do terceiro bloco. Existem diferenças significativas. O envolvimento político, medido pelo interesse pela política e a informação política, parece ser mais determinante na participação institucional que na participação de protesto. No protesto conta mais a mobilização do que as competências. Esta mobilização é visível na identidade partidária à esquerda (BE e CDU), assim como na pertença à classe social mais baixa (proletariado), o que sugere a presença do estímulo económico de que fala Lewis-Beck no que respeita à adesão à participação de protesto (1989: 168-172). Na verdade, a identificação partidária favorece, em geral, a participação institucional, mas quando passamos para a participação de protesto o poder explicativo de cada uma dessas identidades partidárias diferencia-se: a identificação com os partidos mais à esquerda, BE e CDU, explica mais a participação de protesto do que a identificação com qual-

quer dos outros partidos. Estes resultados suportam as nossas expectativas, excepto no que respeita ao envolvimento político que esperávamos que explicasse melhor a participação de protesto do que a institucional.

Em resumo: a participação institucional está mais determinada pelos recursos simbólicos, pelo interesse pela política e pela participação em redes sociais; a participação de protesto está mais determinada pela classe e pela mobilização partidária. Não apenas se confirma a integração social como particularmente explicativa da participação em instituições políticas (embora não o sendo para todas as variáveis), como a identidade partidária é a variável que melhor explica a participação de protesto, o que valida em termos gerais as duas primeiras alíneas da terceira hipótese (excepto no que respeita ao envolvimento político).

Em relação aos factores que determinam “as novas formas de participação política”, foi já referido que a variância explicada é menor, mas também o número de variáveis que entram na regressão com valor significativo. Excepto no que respeita ao nível educacional, variável que não exhibe significância estatística, há uma clara sintonia dos resultados com a literatura sobre as novas formas de participação: envolve os indivíduos de classe mais alta, com profissões liberais, e com interesse pela política, mas não necessariamente identificados com um partido político. Está muito próximo do modelo de cidadão emergente mais activo, sofisticado e exigente referido por alguns autores (Norris, 1999; Dalton, 1996). Os dados confirmam (excepto no que respeita aos recursos educativos) a última alínea da hipótese.

Conclusões Gerais

Estudos comparativos realizados na última década têm vindo a mostrar que a participação política em Portugal é genericamente inferior à que se regista nos outros países europeus, exceptuando os países de leste. Esta pesquisa permite reiterar estas conclusões. As maiores diferenças observam-se em relação aos países nórdicos, cujos valores de participação são bastante superiores aos que se registam em Portugal, em especial em algumas modalidades de participação, como “as petições”, os “boicotes a produtos” e o “uso da internet para fins políticos”.

Atendendo às hipóteses da pesquisa, as principais conclusões apontam para o seguinte:

- A participação institucional política em Portugal prevalece com níveis muito baixos, tanto analisada a nível comparativo Europeu (onde se apresenta relativamente distante dos países da Europa do norte e centro, mas próxima dos da Europa de leste), como em termos evolutivos. A tendência é para um ligeiro decréscimo neste tipo de participação, pelo que a Hipótese 1 é suportada.
- No que respeita à Hipótese 2, contrariamente às expectativas, as modalidades de participação de protesto não aumentaram em Portugal nas últimas duas décadas, antes se mantiveram ou decresceram.

A possibilidade de validar esta hipótese em relação às “novas formas de participação política ficou algo prejudicada pelo facto de os indicadores sobre esta questão, no “*Inquérito à População Portuguesa*” – *Bases de Dados* de 2008, não indicarem o período de tempo a considerar pelo respondente relativamente ao qual realizou ou não essa modalidade de participação. No entanto, mesmo sem essa limitação de tempo, as percentagens de resposta em 2008 são muito baixas: dos 3% aos 7% (neste caso para o indicador sobre “compra deliberada de produto”). Com as limitações expostas, poderíamos dizer que os dados apontam para uma não confirmação da Hipótese 2.

– Na análise dos factores que melhor explicam a participação política (Hipótese 3) revelou-se mais importante: o envolvimento político, a integração social, a classe social e a identidade partidária. O protesto depende menos dos recursos simbólicos do que dos factores de mobilização associados à condição de classe e à proximidade de partidos de esquerda. A participação institucional está sobretudo associada ao envolvimento político e à integração social. Por último, as novas formas de participação explicam-se melhor pela pertença a segmentos socio-económicos altos, assim como ao envolvimento político. Estes resultados corroboram, em termos gerais, a Hipótese 3.

Retomemos as perguntas iniciais: existe um padrão de participação e está ele em mudança? Mantém-se um dos pontos positivos; isto é, a maior participação em instituições não políticas, mas continua a denotar-se um fraco nível de participação em geral, especialmente nas “novas formas de participação”, o que vai ao arpejo da modernização social e das expectativas de mudança.

Bibliografia

- Abramson, P. R., and Clagget, W. (2001) "Recruitment and political participation". *Political Research Quarterly*, 54 (4) December, pp. 905-916.
- Almond, G. and Verba, S. (1989 (1963)) *The civic culture – political attitudes and democracy in five nations*. Newbury Park, Sage.
- Althaus, S. (2003) *Collective preferences in democratic politics. Opinion surveys and the will of the people*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Ayala, L. (2000) "Trained for democracy: the differing effects of voluntary and involuntary organizations in political participation". *Political Research Quarterly*, 53 (1) March, pp. 99-105.
- Barber, B. (1984) *Strong democracy. Participation politics for a New Age*. Berkeley and London, University of California Press.
- Barnes, S. and Kaase, M. (1979) *Political action: mass participation in five Western Democracies*. Beverly Hills, California, Sage.
- Belchior, A. M. (2007) *Democracy and party representation*. Ph.D. thesis, Institute of Political Studies, Catholic University of Portugal.
- Brady, H. (1999) "Political participation". In: Robinson, J. P., Shaver, P. R. and Wrightsman, L.S. (eds.) *Measures of political attitudes*. San Diego, Academic Press.
- Cabral, M. V. (2004) "Confiança, mobilização e representação política em Portugal". In Freire, A. Lobo, M. C. e Magalhães, P. (eds.) *Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002*. Lisboa, ICS.
- Clarke, H. D. and others (1999) "The effect of economic priorities on the measurement of value change: new experimental evidence". *American Political Science Review*, 93 (3) September, pp. 637-647.
- Cohen, J., and Rogers, J. (1995) "Secondary associations and democratic governance". In: Wright, E. O. (eds.) *Associations and democracy*. Londres e Nova Iorque, Verso, pp. 7-100.
- Cruz, M. B. (1995) *Instituições políticas e processos sociais*. Venda Nova, Bertrand Editora.
- Dahl, R. A. (1971) *Polyarchy: participation and opposition*. New Haven, Yale University Press.
- Dalton, R. J. (1996) *Citizen politics: public opinion and political parties in advanced industrial democracies*. 2nd ed. New Jersey, Chatham House Publishers.
- Davis, D. W. and Davenport, C. (1999) "Assessing the validity of the postmaterialism index". *American Political Science Review*, 93 (3) September, pp. 649-664.
- Freire, A., Viegas, J. M. L. e Seiceira, F. (eds.) (2009) *Representação política em Portugal – inquéritos e bases de dados*. Lisboa, Sextante Editores.
- Gabriel, O. W. (1995) "Political efficacy and trust". In: van Deth, J. W. and Scarbrough, E. (eds.) *The impact of values*. Oxford, Oxford University Press.
- Heimer, F.-W. (1986) A cultura política em Portugal: balanço das pesquisas em Sociologia Política. *Revista de Ciência Política*, 4, pp. 7-21.

Inglehart, R. (1977) *The silent revolution: changing values and political styles among Western publics*. Princeton, Princeton University Press.

Inglehart, R. (1988) "La nuova partecipazione nelle Società Post-Industriali." *Rivista Italiana di Scienza Politica*, XVIII (3), pp. 403-445.

Jones-Correa, M. A., e Leal, D. L. (2001) "Political participation: does religion matter?" *Political Research Quarterly*, 54 (4), pp. 751-770.

Lewis-Beck, M. (1989) "Economics, votes, protests: Western European cases." *Comparative Political Studies*, 22 (2), pp. 155-177.

Lijphart, A. (1997) Unequal participation: democracy's unresolved dilemma. *American Political Science Review*, 91, pp. 1-14.

Magalhães, P. (2004) "Democratas, descontentes e desafectos: as atitudes dos portugueses em relação ao sistema político". In: Freire, A. Lobo, M. C. e Magalhães, P. (eds.) *Portugal a votos. As Eleições Legislativas de 2002*. Lisboa, ICS.

Milbrath, L. W. and Goel, M. L. (1982) *Political participation: how and why do people get involved in politics?* 2nd ed. Boston, University Press of America.

Mill, John S. (1983 (1961)) *O governo representativo*. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural SA.

Montero, J. R. and Torcal, M. (1994) *Value change, generational replacement and politics in Spain*. Madrid, Ediciones Peninsular.

Montero, J. R.; Gunther, R. and Torcal, M. (1997) "Democracy in Spain: legitimacy, discontent, and disaffection". *Studies in Comparative International Development*, 32 (3), pp. 124-160.

Morlino, L. and Montero, J. R. (1995) "Legitimacy and democracy in Southern Europe". In: Gunther, R., Diamandouros, P. N. and Puhle, H.-J. (eds.) *The politics of democratic consolidation. Southern Europe in comparative perspective*. Baltimore and London, The John Hopkins University Press.

Newton, K. and Norris, P. (2000) "Confidence in public institutions: faith, culture, or performance?" In: Pharr, S. and Putnam, R.D. (eds.) *Disaffected democracies: what's troubling the trilateral countries?* Princeton, Princeton University Press, pp. 52-73.

Norris, P. (ed.) (1999) *Critical citizens: global support for democratic governance*. Oxford, Oxford University Press.

Pateman, C. (1970) *Participation and democratic theory*. London, Cambridge University Press.

Peterson, S. A. (1990) *Political behavior*. Newbury Park, Sage.

Putnam, R. D. (2000) *Bowling alone: the collapse and revival of American community*. New York, Simon & Schuster.

Schumpeter, J. A. [1996 (1942)] *Capitalism, socialism & democracy*. London, George Allen & Unwin.

Stanley, J. W., e Weare, C. (2004) "The effect of internet use on political participation." *Administration & Society*, 36 (5), pp. 503-527.

Teorell, J., Torcal, M. and Montero, J. R. (2007) "Political participation: mapping the terrain." In: Deth, J., Montero, J. R., and Westholm, A. (eds.) *Citizenship and involvement in European democracies*. Nova-Yorque, Routledge, pp. 334-357.

Tocqueville, A. [2001(1835)] *Da democracia na América*. Cascais, Princípia.

Van Deth, Jan W. ed. (1997) *Private groups and public life. Social participation, voluntary associations and political involvement in representative democracies*. Londres e Nova Iorque, Routledge.

Verba, S. and Nie, N. (1972) *Participation in America*. New York, Harper & Row.

Verba, S.; Nie, N. and Kim, J. (1978) *Participation and political equality: a seven nation comparison*. Cambridge, Cambridge University Press.

Viegas, J. M. L. e Faria, S. (2002) "A abstenção nas eleições legislativas de 2002". In: Freire, A., Lobo, M. C. e Magalhães, P. (eds.) *Portugal a votos. As eleições legislativas de 2002*. Lisboa, ICS/Imprensa de Ciências Sociais, pp. 221-259.

Viegas, J. M. L. and Faria, S. (2007) "Participação política. O caso português numa perspectiva comparativa europeia." In: Viegas, J. M. L., Carreiras H. e Malamud, A. (eds.) *Portugal no contexto europeu – Vol. I Instituições e política*. Lisboa, Celta Editora.

Zipp, J. F., Landerman, R. and Luebke, P. (1982) "Political parties and political participation." *Social Forces*, 60 (4), pp. 1140-1153.

¹ Devido a constrangimentos dos dados disponíveis esta análise não pode fazer-se para a "participação institucional não política".

² Pesquisa europeia, apoiada pela European Scienca Foundation, coordenada por Jan van Deth e no âmbito da qual foi aplicado um mesmo inquérito em treze países europeus.

³ O índice de pertença associativa foi construído mediante a contagem do número de associações ou organizações em que os inquiridos referiram ser membros. As associações e organizações consideradas foram as seguintes: sindicatos, associações profissionais, organizações patronais, organizações de acção cívica, clubes desportivos, organizações culturais, organizações religiosas, organizações sociais, clubes e associações recreativas, e outras associações.

⁴ Este é um índice aditivo construído com base nas opiniões dos inquiridos em relação às seguintes instituições: Igreja, grandes empresas, comunicação social/imprensa e sindicatos (numa escala de quatro pontos que varia entre "nenhuma confiança" e "muita confiança").

⁵ Este índice considerou a média das respostas dos inquiridos a um conjunto de nove questões que caracterizam a dimensão libertário-autoritário (medidas em escalas de cinco pontos, de "concordo totalmente" a "discordo totalmente"). Incluiu afirmações como: "deveriam ser tomadas medidas mais fortes para proteger o ambiente", ou "as pessoas que infringem a lei deveriam receber sentenças mais severas/pesadas".

⁶ O índice é composto pela média da frequência com que os respondentes seguem os acontecimentos políticos nos jornais, na rádio, na televisão e na Internet (medida numa escala de cinco pontos, de "nunca" a "todos os dias").

⁷ O índice de confiança nas instituições políticas foi construído à semelhança do índice de confiança nas instituições não políticas. As instituições que o constituem são: o Parlamento, os partidos políticos, a Presidência da República e o Governo de Portugal.

⁸ Estes índices foram construídos mediante a contagem do número de modalidades de participação que os inquiridos admitiram ter realizado, no âmbito de cada um dos tipos de participação política analisados na pesquisa.